

# IDENTIDADE RACIAL, CONTEXTO URBANO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA\*

*Edward E. Telles\*\**

O baixo nível de mobilização política dos afro-brasileiros é geralmente atribuído, ao menos em parte, ao papel do Estado brasileiro. Os estudiosos chamaram a atenção para o gerenciamento eficaz de tensões e desigualdades raciais pela elite brasileira<sup>1</sup>, ou para o fracasso do Estado em promover a democracia, através da qual a participação possibilitaria o florescimento da identidade racial tanto dos afro-brasileiros como dos brancos.<sup>2</sup> Outros se concentraram em questões culturais, de acordo com as quais a identidade racial se tornaria ambígua em função de um sistema de classificação racial contínuo (branco, preto, pardo etc), em vez de categórico.<sup>3</sup> (branco, preto). Embora estes argumentos possam ter seus méritos, prefiro me concentrar numa série de obstáculos estruturais que prejudicam a formação de uma identidade afro-brasileira e, conseqüentemente, a mobilização política em larga escala. Neste ensaio também comparo este ao caso dos afro-americanos, como um exemplo de mobilização política bem sucedida advinda de um contexto estrutural distinto.

A pesquisa sobre os movimentos étnicos dentro de uma ampla gama de contextos mostra que um sentido nítido de identidade étnica em comum é o principal pré-requisito para uma organização e mobilização

\* Agradeço a Walter Allen e a Howard Winant pelos comentários valiosos. Este texto foi traduzido do original em inglês por Maria Inês Guimarães Alfano.

\*\* Universidade da Califórnia, Los Angeles.

<sup>1</sup> Abdias do Nascimento, *O negro revoltado*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1952; Carlos Hasenbalg, *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

<sup>2</sup> Howard Winant, "The Fact of Blackness in Brazil", comunicação apresentada nas reuniões do 17º Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino Americanos, Los Angeles, setembro, 1992.

<sup>3</sup> Carl N. Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*, Madison, University of Wisconsin, 1986 (publicado pela primeira vez em 1971); Amaury de Souza, "Raça e política no Brasil urbano", *Revista de Administração de Empresas*, 11 (1971), pp. 61-70.

suficientes a uma resistência prolongada.<sup>4</sup> É necessário usar alguma marca de identidade étnica, seja ela idioma, religião, cor da pele ou nacionalidade, para que o grupo defina suas fronteiras com o fim de buscar seus objetivos coletivos. Quanto mais marcas houver e quanto mais claramente elas distinguirem os grupos, mais forte tenderá a ser a identidade étnica.

Comparações entre Brasil e Estados Unidos são interessantes porque oferecem exemplos claros de povos que foram despojados da maior parte de suas culturas étnicas originais pela escravidão, embora alguns remanescentes culturais africanos ainda existam, em graus diferentes, nos dois países. É interessante que ligações diretas com a cultura africana em geral sejam claramente maiores no Brasil (por exemplo, o idioma iorubá, o sincretismo religioso e os ritmos musicais da África Ocidental) do que nos Estados Unidos, sugerindo, a princípio, que estas marcas culturais são bases mais fortes de identificação étnica no Brasil. Contudo, eu sustento que, apesar dos elos mais estreitos com a cultura africana no Brasil, o sentimento de identidade étnica distinta, com fronteiras claras que a separam da cultura dominante, é muito maior na população afro-americana. Sendo ou não possível estabelecer uma ligação entre a África e as culturas negras nas Américas, existe uma clara identidade étnica afro-americana baseada na diferença cultural, enquanto a formação de uma identidade análoga no Brasil tem sido muito mais ambígua para grande parte da população afro-brasileira.

Eu creio que instituições e estruturas sociais são fundamentais para sustentar, ou reforçar, uma identidade, e que as instituições e estruturas que apoiam identidades étnicas distintas na população de origem africana são mais fortes nos Estados Unidos. Neste artigo eu analiso aquelas marcas que parecem essenciais à identidade afro-brasileira, especialmente quando comparadas à identidade afro-americana. Estas marcas são religião, cor da pele, classe e segregação residencial.

## **Religião africana e identidade**

Argumentos em favor da existência de uma forte identidade étnica entre os afro-brasileiros tendem a se basear na maior proximidade destes com a África ou com a cultura de base africana. Os estudiosos desta escola chamam atenção para o fato de que 1) no Brasil, havia uma maior probabilidade

<sup>4</sup> Ekkart Zimmerman, "Macro-Comparative Research on Political Protest", in Ted Robert Gurr (org.), *Handbook of Political Conflict*, Nova Iorque, The Free Press, 1980; Susan Olzak, "Contemporary Ethnic Mobilization", *Annual Review of Sociology*, 9 (1983), pp. 355-74.

de de que os escravos fossem africanos-natos pouco tempo antes da Abolição; 2) identidades regionais ou tribais podiam ser melhor mantidas no Brasil porque escravos com idiomas iguais ou semelhantes tinham mais chances de permanecerem juntos; e 3) o fato de que os colonos brasileiros, e os portugueses antes deles, tinham ligações comerciais e culturais com a África muito mais fortes do que os ingleses e os americanos.<sup>5</sup> Hoje, a cultura nacional do Brasil, embora predominantemente de origem portuguesa, tem fortes influências africanas. Por exemplo, comida e religião no Brasil derivam largamente de influências afro-brasileiras, enquanto que tais elementos na cultura nacional dos Estados Unidos têm origem principalmente europeia, com algumas, embora não reconhecidas, influências não-europeias. Além disso, influências culturais afro-americanas nos Estados Unidos são geralmente ignoradas ou restritas à comunidade afro-americana (ver o exemplo feijoada x *soul food*<sup>6</sup>).

No Brasil, porém, a cultura africana foi manipulada e apropriada como um complemento a uma cultura de base europeia. Os brancos, juntamente com os brasileiros de cor, compartilham esta cultura luso-africana, vendo o africano como parte integrante da cultura nacional. O grau de participação euro-brasileira nestes aspectos “africanos” da cultura, como religião, é significativo, embora possa ser pouco significativo para os afro-brasileiros. Em resumo, embora a cultura da população de origem africana esteja mais ligada à África, os limites entre cultura “africana” e cultura “europeia” são geralmente bastante vagos, enquanto são consideravelmente delimitados nos Estados Unidos.

Um dos maiores legados da África ao Brasil é a religião de base africana. Embora a maioria dos brasileiros de todas as cores sejam predominantemente católicos, muitos também participam das religiões afro-brasileiras. Poderia parecer que a existência de tais religiões fosse um forte indicador de identidade negra no Brasil. Contudo, euro-brasileiros frequentemente superam negros e pardos em número nos rituais das religiões afro-brasileiras, particularmente a umbanda, nos estados predominantemente brancos de São Paulo e os outros mais ao sul.<sup>7</sup> O caso da umbanda tem provocado polêmica sobre o que é primordialmente cultura “africana” e

<sup>5</sup> Pierre van den Berghe, “African Diasporic Experiences in Brazil, Mexico and the United States”, *Social Forces*, (1977).

<sup>6</sup> Peter Fry, “Feijoada e Soul Food: notas sobre a manipulação de símbolos étnicos e nacionais, in Peter Fry, *Para inglês ver*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977, cap. 2.

<sup>7</sup> Reginaldo Prandi, *Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova*, São Paulo, Editora HUCITEC, 1991.

“brasileira”. Bastide referia-se à umbanda, ao candomblé e a outras religiões como africanas.<sup>8</sup> De acordo com Ortiz, a umbanda, ao contrário do candomblé, é uma verdadeira “religião nacional brasileira”, produto da incorporação de elementos africanos nos dogmas de uma religião dominada pelos brancos.<sup>9</sup> Mas esta afirmativa seria questionável, porque todos os elementos negros importantes encontrados nas religiões tradicionais africanas, exceto os inofensivos (para os brancos), foram eliminados.<sup>10</sup> Acrescenta-se que a grande maioria de seus líderes são pardos e brancos de classe média.<sup>11</sup>

O censo de 1980 levantou a afiliação religiosa dos brasileiros. Baseado nas respostas eu calculei a proporção das pessoas, segundo a cor, que se declaram praticantes de religiões afro-brasileiras. Infelizmente o censo não permite a separação destas religiões em umbanda, candomblé etc. As porcentagens baixas podem indicar que tais religiões são muito menos importantes que o catolicismo e outras religiões cristãs, mas elas são pequenas também porque as pessoas respondendo ao censo tiveram de escolher apenas uma religião no questionário, e muitas das pessoas que participam de rituais afro-brasileiros tendem a identificar-se primeiro como adeptos do catolicismo ou outra religião cristã. Por isso eu me concentro nas proporções relativas dos grupos raciais que fazem parte das religiões afro-brasileiras, em lugar de me ater aos números propriamente ditos. Não vejo razão porque haveria diferenças raciais na propensão por declinar a religião afro-brasileira, o que torna bastante reveladora a comparação das porcentagens segundo a cor.

A Tabela 1 mostra que os brancos (última coluna) participam de fato de religiões afro-brasileiras, freqüentemente tanto quanto os não-brancos, ou seja, os pretos e pardos. Além disso, quando dividimos a população afro-brasileira em pardos e pretos, torna-se bastante claro que os pretos participam destas religiões muito mais que os pardos. De fato, a participação dos brancos é freqüentemente igual à dos pardos. Mesmo no Nordeste, onde estas religiões são nitidamente mais “africanas”, a participação dos brancos é quase igual à dos não-brancos. Nacionalmente, os brancos participam

<sup>8</sup>Roger Bastide, *The African religions of Brazil: Toward a Sociology of the Interpenetration of Civilizations*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978.

<sup>9</sup>Renato Ortiz, *A morte branca do feiticeiro negro; Umbanda: integração de uma religião numa sociedade de classes*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1978.

<sup>10</sup>Diana Brown, *Umbanda*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1994.

<sup>11</sup>Ortiz, *A morte branca do feiticeiro negro*.

Tabela 1. Porcentagem da população que declara religião afro-brasileira como sua principal religião, segundo a cor da pele, nas dez maiores áreas metropolitanas do Brasil: 1980

	Não-branco	Pardo	Preto	Branco
São Paulo	1,0	0,8	1,7	0,7
Rio de Janeiro	3,8	3,4	4,8	2,7
Belo Horizonte	0,6	0,5	0,9	0,4
Porto Alegre	6,5	5,4	8,1	1,8
Recife	0,6	0,5	1,0	0,4
Salvador	0,3	0,2	0,4	0,2
Fortaleza	0,3	0,2	0,4	0,2
Curitiba	0,6	0,5	1,0	0,3
Brasília	1,0	0,9	2,1	0,9
Belém	0,4	0,3	0,8	0,3
Brasil	0,6	0,4	1,4	0,6

mais que os pardos, mas isto reflete o fato de que pessoas de todas as cores na metade setentrional do Brasil, onde os brancos são mais numerosos, estão mais propensos a declarar-se participantes de religiões afro-brasileiras.

A participação maior é, nitidamente, da pequena população que se identifica como preta. Por outro lado, estes dados não nos asseguram que pessoas de pele negra sejam muito mais propensas do que os pardos a pertencerem a religiões afro-brasileiras, nem que pessoas que participam da cultura afro-brasileira estejam mais dispostas a se identificarem como negras. Em qualquer dos casos parece haver um relacionamento forte entre laços com a cultura africana e identidade como *preto*, mas não enquanto *pardo*. Caso houvessem dados disponíveis para o candomblé separadamente, as divisões raciais poderiam talvez ser mais nítidas, mas isso não está claro. Dessa forma, a religião de origem africana no Brasil não separa o mundo dos negros do mundo dos brancos. Por outro lado, embora religiões de origem africana sejam raras nos Estados Unidos, os cristãos são bastante segregados segundo a denominação e a forma de liturgia.

Assim, os apelos dos militantes negros a uma organização política com base na religião "africana" atingem a população brasileira em geral e não exclusivamente, nem mesmo principalmente, a população afro-brasileira. Os brancos, e talvez muitos afro-brasileiros, vêem a umbanda, e possivel-

mente o candomblé, como parte da cultura brasileira e não exclusivamente como parte da cultura negra.

### Cor da pele, desigualdade e identidade

A cor da pele ou ancestralidade parece ser a principal marca étnica em países com grandes populações tanto de origem europeia como africana. Um sistema de classificação racial no qual a identidade racial do mulato (também mestiço, pardo) é uma categoria totalmente legitimada, juntamente com uma ideologia do branqueamento, que dá maior valor a uma pele mais clara, têm sido apontados como um obstáculo à formação de uma identidade afro-brasileira.<sup>12</sup> Os pardos se vêem como melhores do que, e diferentes, dos “negros” brasileiros. É do interesse dos pardos não se identificarem como negros, já que suas oportunidades de vida são claramente maiores e seu casamento com pessoas de pele mais clara é encorajado, aumentando as oportunidades também para seus filhos.<sup>13</sup> Além disso, as linhas divisórias entre brancos e pardos geralmente são pouco nítidas, existindo uma tendência a se identificar como brancas pessoas próximas à fronteira entre a cor branca e a parda.<sup>14</sup> É necessário que as marcas étnicas que separam brancos e não-brancos sejam muito mais nítidas para que pretos e pardos se mobilizem juntos ou como um grupo único.

Por outro lado, a distinção étnica baseada na ancestralidade, e cada vez mais na cor da pele, é maior nos Estados Unidos por causa do sistema de castas sociais que legalmente segregou brancos e negros em todas as dimensões da vida<sup>15</sup>. Para que tal segregação durasse a maior parte deste século, foi necessário adotar definições rígidas de branco e negro. A solução foi definir como “negro” qualquer pessoa com uma gota de sangue africano. No Brasil não houve segregação legal e a cor da pele em um continuum racial tornou-se o meio predominante de classificação. Além disso, essas distinções categóricas entre negros e brancos nos Estados Unidos tornaram-se as distinções étnicas fundamentais da “construção” das raças branca e negra nos Estados Unidos, enquanto

<sup>12</sup> Thomas Skidmore, *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1974; Nascimento, *O negro revoltado*.

<sup>13</sup> Degler, *Neither Black nor White*.

<sup>14</sup> Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e Luiz Claudio Barcelos, “Notas sobre miscigenação racial no Brasil”, *Estudos afro-asiáticos*, 16 (1989) pp. 188-197.

<sup>15</sup> Daniels, “Passers and Pluralists: subverting the racial divide” in Maria P.P. Root (org.) *Racially Mixed People in America* (Newbury Park: Sage Publications, 1992), pp. 91-107.

que se deu pouca atenção às distinções de cor da pele entre os próprios negros, pelo menos por parte dos brancos. Na sua maioria, as pessoas com qualquer grau de ancestralidade africana foram definidas como negras nos Estados Unidos, embora existam muitos casos de comunidades que buscam definir-se como multirraciais<sup>16</sup>.

Apesar de muita discussão sobre a condição privilegiada do mulato em relação ao negro no Brasil<sup>17</sup>, evidências baseadas em índices sociais mostram que negros e pardos sofrem níveis semelhantes de discriminação racial no mercado de trabalho<sup>18</sup> e que a diferença de renda entre pardos e negros é muito menor que a diferença entre as rendas brancos e pardos. A parte superior da Tabela 2 confirma isso, mostrando que famílias negras ganham aproximadamente 40% e famílias pardas aproximadamente 45% do que ganham famílias brancas. Não somente tanto negros como pardos têm uma renda claramente inferior à dos brancos, mas a renda das famílias negras é 90% da renda das famílias pardas. Assim, há uma diferença enorme entre brancos e não-brancos e uma diferença relativamente pequena entre negros e pardos. É difícil acreditar que somente a ideologia possa perpetuar a idéia de que os pardos representam um meio caminho entre negros e brancos. Embora os negros possam sofrer um pouco mais de discriminação do que os pardos, é razoável esperar que negros e pardos têm consciência de que sua condição de não-brancos, em oposição aos brancos, é a divisão fundamental que determina suas oportunidades de vida ao longo do continuum racial.

Isso poderia sugerir que as diferenças de renda entre negros e mulatos de um lado, e brancos do outro, são na verdade semelhantes às dos Estados Unidos, onde se acredita que tonalidade da pele faz pouca ou nenhuma diferença. Ou seja, afro-americanos pardo-claros ganham mais do que afro-americanos pardo-escuros ou negros, mas as diferenças são pequenas quando comparadas à renda muito maior dos brancos. Contudo, dados da Pesquisa Nacional Sobre os Negros Americanos mostram que a renda familiar dos afro-americanos varia entre 53% da renda média dos brancos no subgrupo de pele mais escura, até 80% da renda dos brancos para os de cor mais clara. Assim, não apenas a população de origem africana nos Estados Unidos tem uma renda média mais próxima à dos brancos do que no Brasil,

<sup>16</sup> Daniels, "Passers and Pluralists".

<sup>17</sup> Degler, *Neither Black nor White*.

<sup>18</sup> Nelson do Valle Silva, "Updating the Cost of Not Being White in Brazil" in Pierre-Michele Fontaine (org.) *Race, Class and Power in Brazil*, (Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1985), cap. 4; Peggy Lovell, *Income and Racial Inequality in Brazil*, dissertação de Ph.D., Universidade da Flórida, 1989.

mas existe uma variação substancialmente maior segundo a tonalidade da pele. Quando agregamos os cinco grupos de cor registrados nos Estados Unidos formando um grupo pardo e negro, para comparação com o Brasil, o resultado mostra que existem diferenças maiores entre negros de pele mais escura e os de pele mais clara nos Estados Unidos do que no Brasil, ao contrário do que sugeriria a hipótese continuum racial x casta racial. Famílias negras ganham 81,7% da renda das famílias pardas nos Estados Unidos, comparado a 90% no Brasil. Além disso, a diferença entre brancos e pardos é muito maior no Brasil do que nos Estados Unidos. Famílias pardas ganham 67,8% da renda de famílias brancas nos Estados Unidos, e apenas 44,7% no Brasil. Desta forma, em termos de renda familiar, negros e pardos são estruturalmente muito semelhantes no Brasil, diferindo bastante dos brancos, um dado que sugere a existência de uma casta racial no Brasil, enquanto que as diferenças raciais nos Estados Unidos assemelham-se mais a um continuum racial, ao menos na dimensão renda.

Assim, um continuum cromático não impediu a formação de uma forte identidade negra nos Estados Unidos. De forma análoga, a formação de uma casta econômica de afro-brasileiros também não fortaleceu uma identidade racial comum. De fato, uma classe média negra nos Estados Unidos, composta principalmente de pessoas de pele relativamente claras, identifica-se como negra e fornece importantes lideranças para o movimento negro. Contudo, esta identidade negra não surgiu simplesmente da desigualdade, já que a condição dos negros claros está mais próxima à dos brancos do que à dos negros escuros. Na verdade, é a segregação, no passado legal e, no presente, segregação residencial ao extremo, que construiu tal identidade racial. No Brasil, ao contrário, não houve segregação legal e a segregação residencial é relativamente moderada, e no entanto os afro-brasileiros claros têm uma condição muito mais inferior do que a dos brasileiros brancos.

Pode-se argumentar que as definições raciais no Brasil dos censos não alcançam a dimensão real da desigualdade entre pardos e brancos porque pardos de classe alta podem identificar-se como brancos, reduzindo desta forma a renda média da população parda. Este argumento aparece nos trabalhos de antropólogos sociais que estudaram de que forma as definições raciais no Brasil não são restritas como nos Estados Unidos, mas flexíveis e negociadas, especialmente entre pessoas de maior posição social.<sup>19</sup> Por exemplo, a condição das pessoas de classe média que parecem negras ou pardas permite que elas sejam tratadas, identificadas e se auto-identifiquem como brancas.

<sup>19</sup>Marvin Harris, *Patterns of Race in the Americas*, New York, Walker and Company, 1964.



Tabela 2. Renda familiar média anual no Brasil e nos Estados Unidos segundo cor da pele da população de origem africana

País e cor da pele	População de origem africana* segundo cor da pele	Renda familiar anual (dolares)	Percentagem renda dos brancos**	Negros como percentagem da renda dos pardos
Brasil:				
Negro	13,2	2.154	40,2	90,0
Pardo	86,8	2.393	44,7	—
Origem Africana (não-branco)	100,0	2.362	44,1	—
Estado Unidos:				
Equivalente Negro	38,4	11.759	55,4	81,7
<i>Muito escuro</i>	8,5	11.303	53,2	—
<i>Pardo Escuro</i>	29,9	11.888	56,0	—
Equivalente Pardo	59,0	14.390	67,8	—
<i>Pardo Médio</i>	44,6	13.900	65,5	—
<i>Pardo Claro</i>	14,4	15.907	74,9	—
<i>Muito Claro</i>	2,6	16.977	79,9	—
Origem Africana	100,0	13.447	63,3	—

Fonte: Os dados sobre o Brasil são de uma amostra de 25% de “micro-dados” do Censo Brasileiro de 1980; os dados sobre os Estados Unidos são da Pesquisa Nacional sobre Americanos Negros, de 1979-80, conforme Keith e Herring, “Skin Tone and Stratification in the Black Community”, *American Journal of Sociology*, 97 (1991), pp. 760-78.

\* No Brasil, “origem africana” é considerada, em termos gerais, equivalente à população não-branca (negra + parda)

\*\* Em 1980, a média de renda familiar anual para brancos no Brasil foi de US\$ 5.351. No mesmo ano, a renda de brancos não-hispânicos nos Estados Unidos foi de US\$ 21.235.

Contudo, evidências baseadas em uma pesquisa recente feita pelo DataFolha com 5.081 pessoas, em 121 municípios brasileiros, mostra que o fator classe não afeta a identidade racial. As pessoas que responderam à pesquisa identificaram a própria cor, que foi também avaliada pelo entrevistador. A identificação feita pelo entrevistador baseou-se na cor da pele e no fenótipo. As escolhas estavam limitadas a branco, pardo, negro, índio, asiático e “outros”: 98% dos entrevistados foram identificados pelos entrevistadores como brancos, pardos ou negros e 92% se auto-identificaram como branco, pardo ou negro.

A Tabela 3 mostra a distribuição de pessoas por raça e renda de acordo com as duas formas de identificação racial. As três categorias de renda são: menos de 10 salários mínimos, 10-20 salários mínimos e mais de 20

salários mínimos, o que significa, grosso modo, rendas mensais de menos de US\$ 1.000, US\$ 1.000 a 2.000 e mais de US\$ 2.000. A Tabela 3 mostra que entre aqueles que escolheram estas três categorias raciais, não houve diferença significativa na forma de identificação segundo a renda. Assim, o fator classe faz pouca ou nenhuma diferença na identificação racial em áreas urbanas no Brasil, sugerindo que os dados baseados em auto-identificação racial no Brasil são razoavelmente confiáveis. A inconsistência em relação a estudos anteriores feitos por antropólogos sociais pode refletir uma mudança cultural, ao menos em áreas urbanas, onde as identidades raciais estão se tornando mais próximas aos fenótipos, já que os estudos anteriores foram feitos principalmente antes ou durante os anos 60 e/ou em pequenas cidades isoladas ou na zona rural.

Tabela 3. Distribuição de grupos raciais por renda onde grupos raciais são definidos por entrevistados e entrevistadores

Forma de identificação racial e renda em salário mínimo	Renda			
	Branco	Pardo	Preto	Outras
Auto-identificação:				
Menos de 10 salários	60,4	72,1	76,3	-
10-20	20,3	16,9	16,0	-
Mais de 20	19,3	11,0	7,7-	-
Total	100,0	100,0	100,0	-
Distribuição por cor	52,7	34,6	10,4	2,3
Identificação do entrevistador				
Menos de 10 salários	58,6	75,0	77,6	-
10-20	21,6	15,8	13,5	-
Mais de 20	19,8	9,3	8,9	-
Total	100,0	100,1	100,0	-
Distribuição por cor	50,0	28,3	12,0	9,7

Fonte: DataFolha, 1995.

## Classe e identidade étnica

A diferença de renda entre brancos e não-brancos, além de uma situação aproximadamente equivalente para negros e pardos na maior parte do Brasil, poderiam sugerir que a classe social é uma importante marca étnica. Muito claramente, negros e pardos estão praticamente ausentes da classe média brasileira e provavelmente permanecerão assim com o desenvolvimento econômico. No Brasil, as chances de um branco ter um emprego são 5,3 vezes maiores do que as de um negro, comparado a apenas 2,2 vezes nos Estados Unidos. De fato, a industrialização e a expansão da educação no Brasil tendeu a aumentar a diferença racial no acesso a ocupações industriais qualificadas.<sup>20</sup>

Contudo, a mobilização política que se poderia esperar de um grau de desigualdade tão alto pode na verdade ser limitada, em vez de auxiliada, por tais desigualdades estruturais. Em particular, é possível que a raça esteja correlacionada até demais com classe no Brasil, embora longe de estar perfeitamente correlacionada. Assim, embora o processo de formação de grupo (isto é, cor da pele determinando posição de classe) possa estar firmemente apoiado na economia, existe alguma confusão a respeito de qual das duas opera na criação de desigualdades e na determinação da mobilização coletiva. Uma ênfase nas divisões de classe, como base para a organização política e como o centro dos problemas sociais brasileiros, e a rejeição geral às divisões raciais, orientam a mobilização em torno de interesses coletivos baseados em identificações de classe que ultrapassam linhas raciais. A resistência do movimento operário brasileiro em reconhecer a raça foi benéfico por evitar a fragmentação racial na classe trabalhadora, mas também negou a importância que o fator raça poderia ter tido na organização dos trabalhadores, de que a raça empurra os brasileiros para as classes trabalhadoras e pobres, assim como ajuda a formar as idéias da classe média a respeito da classe trabalhadora brasileira.

## Segmentação residencial e identidade

A segmentação residencial pode reforçar diretamente a diferenciação étnica, ou uma longa história desse tipo de segregação pode criar condições para a criação de outras marcas de alteridade como língua e religião. O caso dos afro-americanos ilustra esta idéia. Um alto nível de segregação residencial nos Estados Unidos, desde aproximadamente 1930, levou a um alto grau de consciência étnica e organização coletiva entre os afro-ameri-

<sup>20</sup> Edward E. Telles, "The Contextual Nature of Racial Inequality in Brazil", texto inédito, 1993.

canos. Embora isso tenha tido efeitos devastadores na psiqué e nas alternativas de vida dos afro-americanos, assim como nas relações raciais em geral nos Estados Unidos, isso ao mesmo tempo criou possibilidade para a mobilização em larga escala dos afro-americanos.

Antes de mais nada, a segregação separava nitidamente o mundo dos negros e o dos brancos, permitindo que se formassem duas culturas independentes, uma branca e uma negra, incluindo religião e idioma, facilitando assim a formação de identidades étnicas. Isso significou também redes sociais mais estreitas, de forma que raça tornou-se um denominador comum na interação social. A segregação limita os encontros e a percepção mútua entre brancos e negros nos Estados Unidos. O contato extremamente limitado entre as raças, devido à segregação, também limitou drasticamente os casamentos e as amizades inter-raciais, de modo que as fronteiras étnicas se tornaram claramente demarcadas. Além disso, para que estas comunidades independentes funcionassem, instituições paralelas emergiram. Universidades, bancos, igrejas, jornais e outras instituições negras surgiram, dirigidas e possuídas inteiramente por negros. A partir disso, os afro-americanos descobriram mecanismos de resistência e reuniram recursos para tal resistência. Formou-se uma liderança negra e, mais importante, essa liderança foi formada sob uma identidade étnica politizada. Comunidades negras independentes deram aos negros oportunidades empresariais com uma clientela estritamente negra. A força do poder eleitoral negro foi assegurada pela concentração de votos negros em distritos eleitorais. Assim, a distância física extrema entre brancos e negros nos Estados Unidos, paradoxalmente, ajudou os negros a construir uma resistência contra a dominação branca. Contudo, embora a segregação legal esteja banida há mais de 25 anos atrás, níveis muito elevados de segregação residencial continuam existindo nos Estados Unidos até hoje.

Um nível persistentemente alto de segregação entre negros e brancos durante os últimos sessenta anos nos Estados Unidos foi largamente responsável pela criação de uma subclasse negra.<sup>21</sup> O resultado institucional da segregação é o gueto negro, onde altos índices de desemprego, grande número de mães solteiras e concentrações extraordinariamente elevadas de pobreza criaram um ambiente de desesperança que afeta ainda mais as alternativas de vida dos afro-americanos. Ao mesmo tempo, a mobilização da comunidade negra se deve também largamente ao reforço de uma identidade distinta que o gueto oferece.

<sup>21</sup> Douglas S. Massey e Nancy A. Denton, *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1993.

Não existe segregação legal no Brasil, desde pelo menos a abolição em 1888. Além disso, acreditava-se que a segregação residencial por raça existisse apenas se correlacionada a classe.<sup>22</sup> Minha pesquisa demonstra que existe segregação residencial urbana no Brasil, porém em níveis menores do que nos Estados Unidos.<sup>23</sup> Além disso, a segregação entre brancos, pardos e negros com rendas familiares semelhantes é apenas moderada. Assim, comparadas às relações segregadas e desiguais entre brancos e negros nos Estados Unidos, no Brasil estas relações são menos segregadas porém mais desiguais.

Tabela 4. Índices de diferença entre brancos e negros\* e interação entre brancos e não-brancos nas 10 maiores áreas brasileiras e em áreas metropolitanas selecionadas dos Estados Unidos: 1980

Área Metropolitana	Desigualdade	Isolamento
São Paulo	37	37
Rio de Janeiro	37	50
Belo Horizonte	41	58
Porto Alegre	37	23
Recife	38	70
Salvador	48	82
Fortaleza	40	75
Curitiba	39	25
Brasília	39	57
Belém	37	72
Nova Iorque	82	84
Los Angeles	81	83
Chicago	88	87
Miami	78	79
São Francisco - Oakland	72	70

Fonte: Os índices para o Brasil foram calculados a partir do Censo Brasileiro de 1980; os índices para os Estados Unidos foram extraídos de Massey e Denton, *American Apartheid*.

\* Para o Brasil, "negro" nesta tabela refere-se ao total de negros e pardos, e para os Estados Unidos "branco" refere-se aos anglo-americanos e aos hispano-americanos.

A Tabela 4 mostra índices de diferença e de isolamento entre os grupos raciais nas dez maiores áreas metropolitanas do Brasil e em áreas

<sup>22</sup> Donald Pierson, *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact in Bahia*, Chicago, University of Chicago Press, 1942.

<sup>23</sup> Edward E. Telles, "Residential Segregation by Skin Color in Brazil", *American Sociological Review*, 1992.

selecionadas dos Estados Unidos. As desigualdades medem até onde duas populações estão desigualmente distribuídas no espaço residencial. Os índices variam de 0 a 100, onde 0 indica ausência completa de segregação e 100, segregação total. Os índices são nitidamente mais altos nos Estados Unidos. No Brasil, o maior índice de diferença entre brancos e não-brancos é de 48, em Salvador, o que indica que 48% da população não-branca teria que sair do seu bairro para que a população total (branca e não-branca) ficasse homoganeamente distribuída nos bairros. A diferença entre brancos e negros, de 53, é ligeiramente maior que a diferença entre brancos e pardos, de 49. Por outro lado, a segregação racial conforme medida pelas desigualdades residenciais é muito alta nos Estados Unidos, com valores variando entre 68 em Houston e 88 em Chicago.

A segregação moderada que realmente existe no Brasil é geralmente refutada como um efeito de classe mais do que de etnicidade ou de racismo. Para investigar se isso é verdade, calculei os índices de segregação para seis grupos de renda em três áreas metropolitanas onde brancos e não-brancos estão bem representados. A Tabela 5 mostra que existe segregação moderada mesmo entre pessoas na mesma faixa de renda. Portanto, ou a cor tem um papel importante quando os afro-brasileiros escolhem um lugar para morar, ou o racismo branco os manteve distantes de certos bairros, ou ambas as explicações são verdadeiras. A segregação tende a aumentar com a renda no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, sugerindo que o racismo pode ser maior na classe média ou que a etnicidade se torna especialmente visível neste nível, já que os afro-brasileiros precisam fazer um maior esforço para encontrar um bairro com um número significativo de pessoas da mesma cor que a sua. No caso de Salvador, a segregação é constante em todas as faixas de renda, talvez porque lá os afro-brasileiros de classe média encontrem moradia mais facilmente entre pessoas da mesma cor que a sua. A segregação permanece em torno de 50 mesmo na categoria de maior renda (20 ou mais salários mínimos), uma categoria que abrange um número significativo de não-brancos apenas em Salvador.<sup>24</sup>

Contudo, como os não-brancos geralmente são maioria numérica em algumas regiões do Brasil, a segregação extrema não é necessária para isolar dos brancos a população afro-brasileira em certas áreas, como Salvador. Experiências individuais de segregação podem depender mais de quanto essas pessoas estão isoladas de membros de outros grupos raciais do que da uniformidade (diferença) de distribuição do grupo como um todo. Tais experiências seriam vitais para a formação de identidade. Para

<sup>24</sup> Ibid.

Tabela 5. Segregação residencial de brancos x não-brancos e renda familiar em três áreas metropolitanas do Brasil

Renda em salário mínimo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Salvador
1-1,99	35	38	49
2-2,99	36	39	50
3-4,99	36	39	49
5-9,99	40	43	49
10-19,99	53	54	50
20 ou mais	—	—	50

a entender este efeito, calculei os índices de isolamento que medem o número de vizinhos da mesma cor para o afro-brasileiro médio. A segunda coluna da Tabela 4 mostra que o isolamento dos não-brancos varia enormemente nas dez maiores áreas metropolitanas do Brasil. Em Salvador, um índice de 82 indica que uma pessoa média não-branca mora em um bairro onde 82% dos moradores também são não-brancos. No outro extremo, índices inferiores a 50 demonstram que o não-branco médio em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba mora em um bairro predominantemente branco. Nos Estados Unidos, o afro-americano médio, em qualquer das cinco áreas metropolitanas, mora em um bairro predominantemente negro, com variações de 70 em São Francisco-Oakland, até 87 em Chicago.

### Salvador, Bahia, uma exceção

Pesquisas de antropólogos da Universidade Federal da Bahia demonstram que existe uma nítida idéia de identidade étnica afro-brasileira na maior parte da população de origem africana de Salvador, mais do que se pode encontrar em outras áreas metropolitanas do Brasil.<sup>25</sup> Os *blocos afros*, por exemplo, são um fenômeno soteropolitano. Ali, o racismo que isolou a co-

<sup>25</sup> Michel Agier, "Ethnopolitics: Racism, Culture and Black Movement in Bahia, Brazil", Comunicação apresentada nas reuniões do 17º Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Los Angeles, Setembro, 1992; Anamaria Morales, "Blocos negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade", in Michel Agier (org.) *Cantos e toques: etnografias do espaço negro na Bahia*, Suplemento Caderno CRH (Salvador, 1991).

munidade afro-brasileira foi nitidamente transformado em um sentido positivo de identificação étnica entre os membros do grupo. A criação de uma identidade étnica característica na Bahia é geralmente vista como o resultado da manutenção de vários elementos culturais da África.<sup>26</sup> A pergunta do porquê estes elementos foram mantidos até hoje, 140 anos desde o fim do tráfico de escravos, e especificamente na Bahia, continua sem resposta. Eu creio que o isolamento racial da população afro-brasileira de Salvador foi o fator determinante da manutenção e da construção desta identidade. Elementos culturais distintos, sejam eles “africanos” ou afro-brasileiros, são reforçados no ambiente de gueto que isola o mundo dos afro-brasileiros do mundo dos brancos em Salvador. Além disso, tal isolamento produz outras condições que alimentam a identificação, tais como a criação de instituições afro-brasileiras e de uma classe profissional.

O não-branco médio de Salvador mora em um bairro 82% não-branco. Devido às diferenças moderadas, em vez de altas, um índice de isolamento de 80 é provavelmente análogo a um índice pouco acima de 65 ou 70 nos Estados Unidos, o que geralmente significa que alguns negros moram em bairros integrados, enquanto que a maioria mora em bairros completamente negros.<sup>27</sup> Embora o isolamento se deva, em parte, a alguma desigualdade na distribuição espacial dos grupos raciais, ele deve sua emergência, principalmente, ao amplo componente negro e pardo da população. De fato, tanto negros como pardos vivem o mesmo alto nível de isolamento, que é aproximadamente o mesmo da área metropolitana mais segregada dos Estados Unidos: Chicago. A criação deste elevado isolamento residencial em Salvador tem sido também largamente responsável pela criação de uma classe média afro-brasileira significativa, única no Brasil, que oferece serviços aos moradores dos bairros e podem tirar vantagem do mercado étnico, que oferece oportunidades de negócio, incluindo negócios na indústria cultural (por exemplo, o Olodum). A comunidade afro-brasileira de Salvador desfruta da formação e da manutenção de uma cultura verdadeiramente afro-brasileira, e da construção de uma identidade distinta que é reforçada pela interação (endógena) diária.

Assim, embora o isolamento residencial da população de origem africana no Brasil tenha causas muito diferentes daquelas dos Estados Unidos, suas conseqüências na formação da identidade étnica podem ser semelhantes. Este forte sentido de identidade não parece ter sido ainda canalizado para a mobilização política em larga escala, mas seu potencial parece enorme.

<sup>26</sup> Bastide, *The African Religions of Brazil*.

<sup>27</sup> Massey e Denton, *American Apartheid*.



Uma orientação política culturalista<sup>28</sup>, partindo principalmente da segregação residencial, poderia ser um estímulo à mobilização étnica em Salvador, mas não necessariamente nas outras grandes áreas metropolitanas.

### **Possibilidades futuras**

Apesar dos obstáculos estruturais, os líderes afro-brasileiros que buscam mobilizar a massa de negros e mulatos podem ser bem sucedidos se recorrerem à sua história comum de opressão e a sua condição sócio-econômica comum, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. O esforço para construir uma identidade comum baseada apenas em diferenças culturais, tais como religião, não tem muita chance de êxito porque negros, mulatos e brancos não diferem muito quanto à adesão às religiões afro-brasileiras. Por exemplo, a proporção de pardos que declaram uma religião afro-brasileira não é muito diferente da de brancos. Existe um freqüente entrelaçamento do universo cultural dos brancos com o dos afro-brasileiros. Quaisquer tentativas de se aplicar o modelo afro-americano de mobilização política ao caso brasileiro precisam levar em conta estas importantes diferenças.

Embora os líderes afro-brasileiros valorizem uma sociedade onde as relações com os brancos sejam freqüentemente fluidas em nível social, e onde os brancos compartilhem a celebração de uma cultura africana híbrida, eles condenam com razão a opressão e mesmo a brutalização das pessoas de origem africana. A existência de tais contrastes, acham eles, levou a um sistema de opressão racial que é extremamente eficaz e no qual a glorificação da cultura africana e a aparência de universalismo racial reforçam a idéia do Brasil como uma democracia racial, apesar da desvantajosa situação atual dos negros na sociedade brasileira.

Eu não estou, absolutamente, defendendo uma posição estruturalmente determinista. Coisas como segregação residencial não determinam identidade e mobilização, mas são forças poderosas de condicionamento que facilitam ou reprimem a construção de uma identidade distinta e a mobilização de grupos raciais, especialmente aqueles para quem estas marcas de identidade foram destruídas ou seriamente danificadas. Mesmo em áreas dessegregadas dos Estados Unidos, a mobilização política de afro-americanos existe, embora a cultura afro-americana distinta tenha sido

<sup>28</sup> Michael Hanchard, "Culturalism Versus Cultural Politics: The Movimento Negro in Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1970-1988", comunicação apresentada no 17º Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Los Angeles, Setembro, 1992.

formada em um contexto de segregação. Eu creio que a segregação é um elemento estrutural poderoso, que contribui de maneira decisiva para a mobilização política dos afro-brasileiros e dos afro-americanos, quando comparamos os dois casos.

Os obstáculos que limitam a formação de identidades étnicas podem ser, no entanto, superados através do esforço das pessoas, especialmente numa era de democracia crescente, embora ainda muito limitada. As tentativas para diminuir o racismo e tomar consciência dele têm sido feitas sem a mobilização da massa de negros e mulatos. No caso do Brasil, a luta dos militantes afro-brasileiros já conquistou a atenção nacional através da imprensa e de várias tentativas de organização. Mesmo no passado, a luta dos afro-brasileiros, através dos jornais e das organizações de base comunitária, ajudou a despertar os brasileiros de todas as cores para o problema do racismo, mesmo se não conseguiu influenciar a política do governo. O debate sobre o racismo e as causas das desigualdades raciais desde o Centenário da Abolição, e mais recentemente nos 300 anos de Zumbi, tem sido também importante para a conscientização racial e étnica.